Campinas/SP, 27 de fevereiro de 2026

À
COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG

Realizamos na **COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG**, trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre a referida auditoria, revisão e análise e que compreendem:

Balanço Patrimonial;
Demonstração de Resultado do Exercício;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816
Assinado de forma digital por ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816
Dados: 2026.03.13 09:36:22 -03'00'

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA
Roberto Araújo de Souza
Sócio
CTCRC 1SP242826/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG,** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Estudos sobre a vida útil e valor residual do imobilizado e intangível

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as companhias foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração da companhia não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazermo-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e

intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação e amortização acumulados registrados no ativo não circulante, e da despesa de depreciação e amortização registradas no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis do período anterior

As demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG,** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outra firma, que emitiram relatório em 10/04/2025, com modificação de opinião (ressalva), referentes a: Limitação de Escopo referente ao Contas a Receber de consumidores de água e esgoto, que foram sanadas em 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 27 de fevereiro de 2026

CRC2SP023856/O-1
CNPJ 07791963/0001-08

ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816
Assinado de forma digital por ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816
Dados: 2026.03.13 09:36:47 -03'00'

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso **TERMO DE CONTRATO N°. 056/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2025**, foram realizados serviços de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto aqueles comentados em nosso relatório circunstanciado, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG.**

BALANÇO PATRIMONIAL
encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	N.E	2025	2024		N.E	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO				**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**			
ATIVO CIRCULANTE		**35.597.554**	**25.263.714**	**PASSIVO CIRCULANTE**		**29.678.384**	**22.016.816**
Caixa e Equivalente de Caixa	2.2(a) / 3	8.534.913	150.955	Empreiteiros, Fornecedores, Juros de Mora	2.2(b) / 6	19.967.483	17.947.073
Contas a Receber de Clientes	2.2(b) / 4	24.861.629	22.757.782	Obrigações Sociais	2.2(b)6.1	5.024.428	2.117.253
Estoques	2.2(d)	1.917.447	1.981.244	Obrigações Fiscais	2.2(b)	246.585	218.295
Outros Créditos	2.2(b)	283.565	373.732	Obrigações Tributárias	2.2(b) / 7	2.085.029	1.515.243
				Outras Obrigações a Pagar	2.2(b)	3.354.859	218.951
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**41.578.164**	**33.388.097**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		**11.875.460**	**9.804.264**
Realizável a Longo Prazo	2.2(e) / 4	3.276.880	3.171.777	Provisão p/ Contingências e Parcelamentos	2.2(b) / 7	7.498.135	9.804.264
				Convênios a Executar		680.178	0
Imobilizado Líquido	2.2(e) / 5	38.301.284	30.216.320	Outorga de Captação de Recursos Hídricos	14	3.697.146	0
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**35.621.875**	**26.830.732**
				Capital Social		9.086.495	9.086.495
				Resultado Acumulado	8	6.212.978	423.907
				Reservas	2.2(g)	10.615.875	17.320.329
				Resultado do Exercício	2.2(f)	9.706.527	0
TOTAL DO ATIVO		**77.175.718**	**58.651.811**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**77.175.718**	**58.651.811**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	N.E.	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**87.252.680,92**	**83.177.874,35**
Receita de Tarifas		66.544.073,76	64.402.428,53
Receita de Taxas		18.455.791,46	17.395.297,27
Multas e Juros de Mora		1.509.971,71	962.874,05
Receitas Diversas		742.843,99	417.274,50
(-) Deduções da Receita Bruta		**7.909.145,62**	**7.608.098,23**
COFINS	9	6.498.325,06	6.251.101,89
PIS/PASEP	9	1.410.820,56	1.356.996,34
(=) Receita Operacional Líquida		**79.343.535,30**	**75.569.776,12**
(-) Custos Operacionais da Receita		**43.604.664,70**	**42.972.450,06**
Custos com Produtos Químicos		1.162.587,55	1.346.485,32
Pessoal e Encargos Sociais		**10.619.662,68**	**9.952.298,85**
Diretoria de Abastecimento de Água		6.804.084,61	6.627.625,74
Diretoria de Esgotamento Sanitário		968.978,27	641.150,68
Diretoria de Manejo de Resíduos		1.415.797,79	1.342.911,54
Despesa com Provisões Operacionais		1.430.802,01	1.340.610,89
Despesas Administrativas		**31.822.414,47**	**31.673.665,89**
Diretoria de Abastecimento de Água		13.253.740,33	14.453.867,82
Diretoria de Esgotamento Sanitário		7.695.977,34	6.425.910,02
Diretoria de Manejo de Resíduos		10.511.475,45	10.367.411,84
Cessão Área da União - CAPTAÇÃO ETA		126.144,67	120.640,21
Secretaria do Meio Ambiente - DAEE		235.076,68	305.836,00
(=) Resultado Operacional Bruto		**35.738.870,60**	**32.597.326,06**
(-) Despesa Operacional		**51.968.004,03**	**40.117.718,44**
Pessoal e Encargos Sociais		**8.346.957,95**	**7.687.319,35**
Presidência		1.749.858,94	1.513.696,19
Diretoria Comercial		1.823.382,79	1.729.007,00
Diretoria Administrativa		2.055.747,46	1.813.816,44
Diretoria de Planejamento		687.982,08	739.336,84
Diretoria Financeira		849.570,82	946.116,96
Despesa com Provisões Administrativas		1.180.415,86	945.345,92
Despesas Administrativas		**8.294.758,32**	**9.073.612,19**
Presidência		522.319,16	534.488,62
Diretoria Comercial		3.774.864,01	3.637.426,83
Diretoria Administrativa		3.510.154,88	4.543.827,01
Diretoria de Planejamento		255.329,73	215.775,84
Diretoria Financeira		232.090,54	142.093,89
Despesas Bancárias		**866.561,92**	**827.076,65**
Tarifas Bancárias		866.561,92	827.076,65
Multas, Juros e Encargos		**619.530,78**	**1.106.579,76**
Multas e Juros de Mora	11	585.064,38	1.102.995,36
Encargos Financeiros		34.466,40	3.584,40
Despesas com Provisões		**32.952.554,62**	**20.271.398,49**
Provisão Contingência Cível e Trabalhista		20.029.586,40	16.102.493,56
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa - Créditos a Receber		12.308.603,64	2.921.589,20
Provisão de Juros (SELIC)		614.364,58	164.971,50
Provisão para Contingência Tributária		0,00	1.082.344,23
Depreciação Acumulada		**1.592.595,92**	**1.151.732,00**
Depreciação Acumulada		1.579.080,08	1.149.714,69
Amortização do Período		13.515,84	2.017,31
(+) Receitas Financeiras		**704.955,48**	**70.209,96**
Receitas de Aplicações Financeiras		704.955,48	70.209,96
(=) Resultado Operacional Líquido		**(16.229.133,43)**	**(7.450.182,42)**
(+) OUTRAS RECEITAS		**31.701.052,77**	**18.829.138,24**
Outras Receitas		109.564,00	259.460,55
Reversão da Perda por Desvalorização de Anos Anteriores		0,00	1.164.933,72
Reversão Provisão de Devedores Duvidosos		12.343.800,73	1.390.454,31
Reversão Provisão Cível e Trabalhista		19.247.688,04	16.014.289,66
(-) OUTRAS DESPESAS		**945.298,05**	**2.117.246,48**
Outras Despesas Tributárias		4.841,33	1.241,29

	N.E.	2025	2024
Programa Produtor de Água		75.000,00	60.000,00
Perda - Bens do Ativo Imobilizado		19.575,20	790.359,14
Outras Despesas		0,00	25.110,51
Perdas de Créditos Não Liquidados		800.591,74	1.123.673,17
MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUE		45.289,78	116.862,37
(=) Resultado antes da Contribuição Social e Imposto de Renda		**14.526.621,29**	**9.261.709,34**
Base para Cálculo dos Impostos		**14.526.621,29**	**9.261.709,34**
(-) Provisão para IRPJ		**0,00**	**0,00**
(-) Provisão para CSLL		**903.425,97**	**651.762,63**
(=) Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		**13.623.195,32**	**8.609.946,71**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVA LEGAL E RESERVAS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31/12/2023:	**8.561.487**	**11.610.443**	**0**	**423.907**	**20.595.837**
Aumento de Capital	525.008				525.008
Reclassificação de Lucros e Prejuízos		8.609.947	-8.609.947		0
Resultado do Exercício			8.609.947		8.609.947
Ajuste de Exercícios Anteriores		-2.900.060			-2.900.060
Ajustes de Avaliação Patrimonial					0
SALDOS EM 31/12/2024:	**9.086.495**	**17.320.330**	**0**	**423.907**	**26.830.732**
Aumento de Capital					0
Reclassificação de Lucros e Prejuízos		-7.385.614	6.704.454		-681.160
Resultado do Exercício		681.160	13.623.195		14.304.355
Lucros a Distribuir			-3.235.509		-3.235.509
Ajuste de Exercícios Anteriores			-1.592.395		-1.592.395
Ajustes de Avaliação Patrimonial				-4.148	-4.148
SALDOS EM 31/12/2025:	**9.086.495**	**10.615.876**	**15.499.745**	**419.759**	**35.621.875**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)
encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	N.E.	2025	2024
Lucro do Exercício		**13.623.195**	**8.609.947**
Depreciação e Amortização		1.592.596	1.151.732
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-4.148	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	10	-1.592.395	-2.900.060
Lucro ajustado		**13.619.248**	**6.861.619**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Aumento) Redução - Contas a Receber		-2.045.693	-697.705
(Aumento) Redução - Estoques		63.797	-350.459
(Aumento) Redução - Outros Créditos		-73.090	-227.475
Aumento (Redução) - Fornecedores		1.020.410	-1.778.482
Aumento (Redução) - Obrigações Sociais		2.907.175	54.996
Aumento (Redução) - Obrigações Fiscais		28.290	19.606
Aumento (Redução) - Provisões Tributárias		569.785	-938.415
Aumento (Redução) - Outras Obrigações e Pagar		3.135.908	-325.427
Aumento (Redução) - Provisão Contingências e Parcelamentos		-2.306.128	3.577.012
Aumento (Redução) - Convênios a Executar		630.178	0
Aumento (Redução) - Arrendamento Mercantil		3.697.146	0
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**21.297.027**	**6.195.269**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		**-9.677.560**	**-6.676.512**
Variação do Ativo não circulante		0	-382.373
Aquisição de Ativo Imobilizado		-9.677.560	-6.294.139
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**-3.235.509**	**525.008**
Integralização de Capital		0	525.008
Aumento (Redução) – Dividendos a pagar		-3.235.509	0
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES		**8.383.958**	**43.765**
DEMONSTRADO COMO SEGUE:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		150.955	107.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		8.534.913	150.955
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**8.383.958**	**43.765**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES COMTÁBEIS
encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COMPANHIA DE SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS DE GUARATINGUETÁ – SAEG** foi criada inicialmente como sociedade de economia mista pela Lei Municipal nº 3.933/2007, com fundamento na Lei Federal 11.445/2007. Alterada a natureza jurídica para empresa pública através da Lei Municipal n° 5.518/2023 cujo proprietário do capital é o município de Guaratinguetá. Foi criada com objetivo de operar os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá.

A Companhia tem por objetivos:

- Estudo, projeto e execução, direta ou indireta de obras e serviços relativos à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde;
- Operação, manutenção, conservação e exploração, direta ou indireta, dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde;
- Lançamento, fiscalização e cobrança de tarifas, taxas e outros preços resultantes da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde;
- Exercício de quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas no regime de competência onde a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. Com base nas demonstrações financeiras se conclui que não há incertezas relevantes quanto à continuidade operacional da Companhia.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem numerário em contas corrente e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata.
B. **Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.
C. **Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** A entidade avalia periodicamente, com base na materialidade, os efeitos deste procedimento sendo que, nas demonstrações financeiras de 2025, não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.
D. **Estoque:** Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor realizável líquido, e estão classificados no ativo circulante.
E. **Imobilizado:** Registrado com base no valor original de custo, mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear e taxas que levam em consideração o período de vida útil do bem.
F. **Apuração do Resultado do Exercício:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. A Companhia reconhece a receita quando: **I)** os bens ou os serviços são entregues, **II)** o valor pode ser mensurado com segurança, **III)** seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e **IV)** é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.
G. **Patrimônio Líquido:** O grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Capital Social, Reserva de Legal e Reservas de Lucros. O saldo de lucros é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2025	2024
Caixa Geral	0	0
Contas Correntes – Bancárias	1.442.445	123.069
Aplicações de Liquidez Imediata	5.505.639	27.886
Aplicações Financeiras	1.586.829	0
Saldo	**8.534.913**	**150.955**

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem a prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos no Município de Guaratinguetá, sendo reconhecidas pelo valor faturado deduzidas das perdas estimadas com liquidação duvidosa, sendo então classificados como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, e podem ser assim demonstradas:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Crédito a Receber	32.587.739	29.939.355
Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.886.392)	(2.921.589)
Perdas De Créditos Não Liquidados	(4.839.718)	(4.259.983)
Saldo	**24.861.629**	**22.757.782**

A estimativa para o complemento das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2025 inclui o exame da magnitude dos débitos individuais, bem como dos créditos em litígio, usando-se como referência padrões históricos de arrecadação. Os créditos a receber considerados irrecuperáveis perante a Lei ou antieconômicos para se cobrar são baixados contabilmente. As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas quando há incerteza a respeito de arrecadação. O valor de R$ 4.839.718 (quatro milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezoito reais) refere-se as perdas Dedutíveis atendendo aos atrativos da Lei 9.430/96 e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Para fins fiscais, os créditos não recebidos com atraso superior a 5 anos, mesmo após tentativas de cobrança, foram baixados.

Durante o exercício de 2025 foram realizadas conciliações que levaram ao alinhamento dos relatórios financeiros de contas a receber com as movimentações contábeis. Com base nestas conciliações foram realizadas correções dos anos anteriores quanto a mensuração dos créditos a receber, quer vencidas, quer a vencer, de forma que a contabilidade seja um reflexo da real posição financeira da companhia. Também foram realizadas correções visando o reconhecimento dos ajustes realizados nas faturas de acordo com o princípio de competência. Tais movimentações refletiram também em ajustes referente ao resultado de exercícios anteriores.

Os Realizáveis a Longo Prazo correspondem às negociações e parcelamentos celebrados com clientes de dívidas já vencidas anteriormente, cujas parcelas em aberto ultrapassem o período de um exercício. De forma que as parcelas vincendas no próximo exercício, 2026, estão contidas nos Créditos a Receber do Ativo Circulante, as demais parcelas estão contidas no Realizável a Longo prazo.

5. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	2024	Aquisição	Reclassificação	Desvalorização	Transferência	Baixas	Depreciação	2025
Aparelhos de Medição e Orientação	641.607	10.862	0	0	0	1.047	76.650	574.773
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	33.577	8.760	0	0	0	0	12.444	29.893
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Méd.	558	199	0	0	0	0	104	654
Equipamento de Proteção, Segurança e Soc.	7.737	20.976	0	0	0	0	2.330	26.383
Máquinas e Equipamentos Industriais	0	48.152	0	0	0	0	1.605	46.547
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Of.	65.115	30.162	0	0	0	0	10.337	84.939
Equipamentos, Peças e Acessórios para Au.	27.730	0	0	0	0	0	6.523	21.207

IMOBILIZADO	2024	Aquisição	Reclassificação	Desvalorização	Transferência	Baixas	Depreciação	2025
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.008.907	1.169.270	0	0	0	0	308.761	2.869.416
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	1.126.464	59.388	0	0	0	0	82.876	1.102.976
Equipamentos de Processamento de Dados	95.972	140.476	0	0	1.641	4.998	35.892	193.917
Equipamentos de Tecnologia da Informação	47.114	5.298	0	0	0	0	12.397	40.015
Sistemas Aplicativos - Softwares	46.426	469.448	0	0	0	0	25.160	490.714
Mobiliário em Geral	110.527	43.926	0	0	0	775	23.459	130.219
Utensílios em Geral	110.902	37.698	0	0	0	0	19.546	129.054
Coleções e Materiais Bibliográficos	3.223	0	0	0	0	0	646	2.578
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	35.167	7.549	0	0	0	0	5.336	37.380
Veículos em Geral	565.263	0	0	0	0	0	138.674	426.589
Bens em Poder de Outra Unidade ou Tercei	47.910	0	0	0	0	0	12.648	35.262
Outros Bens Móveis	41.187	0	0	0	0	0	4.909	36.278
Armazéns/Galpões	156.304	0	0	0	0	0	6.369	149.935
Glebas	6.882.569	0	0	0	0	0	0	6.882.569
Terrenos	1.745.926	3.668.054	0	0	0	0	0	5.413.980
Glebas Rurais	89.374	0	0	0	0	0	0	89.374
Sistemas de Esgoto e/ou De Abastecimento	6.794.811	0	5.671.426	-4.925	179.589	7.388	593.836	11.680.500
Obras em Andamento	5.487.828	247.290	0	0	5.420.838	84.075	0	230.206
Benfeitorias m Propriedade de Terceiros	409.191	0	0	0	0	0	19.784	389.407
Imóveis em Poder de Terceiros	3.504.797	0	0	0	0	0	180.474	3.324.323
Marcas, Direitos e Patentes	0	4.984.963	0	0	0	0	1.252.899	3.732.064
Gastos de Implantação e Pré-Operacionais	130.133	0	0	0	0	0	0	130.133
TOTAL	**30.216.320**	**10.952.472**	**5.671.426**	**-4.925**	**5.602.068**	**98.282**	**2.833.659**	**38.301.284**

No ano de 2025 foram reconhecidas, dentro do grupo MARCAS, DIREITOS E PATENTES, as Outorgas de Captação de Recursos Hídricos e Lançamento Superficial, concedidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), bem como o Arrendamento Mercantil, referente a Cessão de Uso Onerosa de bem imóvel da União, uma área da Escola de Especialista de Aeronáutica (EEAR).

As outorgas e o arrendamento do bem imóvel foram reconhecidos no ativo não circulante e no ativo circulante, respectivamente, em função da expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, considerando que representam direitos necessários à utilização de recursos essenciais à operação.

Para fins de mensuração inicial, as outorgas emitidas pelo DAEE foram registradas pelo seu custo histórico de entrada, enquanto as outorgas emitidas pela ANA foram obtidas sem custo de aquisição, não havendo desembolso financeiro diretamente atribuível à sua obtenção, razão pela qual foi adotada a mensuração pelo valor justo, entendido como o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado entre partes independentes, conhecedoras e dispostas a realizar a transação. O arrendamento mercantil foi reconhecido pelo seu valor de contrato, sendo considerado nesse levantamento os seus termos aditivos.

Ressalta-se que apenas duas das outorgas, reconhecidas pelo valor justo, foram emitidas no ano de 2025, o que totalizou o montante de R$ 1.122.774,17 (um milhão, cento e vinte e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos), as demais foram emitidas e adquiridas em exercícios anteriores, assim como o arrendamento mercantil.

6. EMPREITEIRAS E FORNECEDORES

As contas a pagar a empreiteiros e fornecedores correspondem a obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços durante o curso normal das operações da Companhia, sendo classificadas como passivo circulantes, exceto quando o prazo de vencimentos for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

Está contido no montante de fornecedores a pagar o total de R$13.546.114 (treze milhões quinhentos e quarenta e seis mil cento e quatorze reais) referente a liquidações a pagar ao Fornecedor Guaratinguetá Saneamento S.A. (GSSA) dos períodos dos anos de 2019 a 2021. Estes valores são objetos de ação em andamento na Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, considerada para provisionamento de contingências cíveis remota, conforme avaliação do escritório jurídico contratado para atuar neste processo.

6.1 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As **obrigações sociais** compreendem os encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados, decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária vigente. Estão registradas no **Passivo Circulante**, por se tratarem de compromissos exigíveis no curto prazo, e referem-se a:

Circulante	2025	2024
INSS à Recolher	94.737	95.274
INSS (PJ) Terceiros a Recolher	69.443	115.324
INSS (PF) Autônomos a Recolher	2.130	2.506
FGTS a Pagar (a)	673.453	119.562
INSS a Pagar (b)	2.482.193	295.299
Provisão Férias e Encargos	1.700.710	1.487.525
TOTAL	**5.024.428**	**2.117.253**

a) Refere-se a reclassificação da provisão de FGTS sobre as verbas Port. 058/2020, conforme memorando 339/2025, totalizando R$ 515.339.
b) Refere-se a reclassificação da provisão de INSS sobre as verbas Port. 058/2020, conforme memorando 339/2025, no total de R$ 2.178.433.

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E PARCELAMENTOS

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelo consultor jurídico e por julgamento da administração.

Em 2025 a provisão atingiu o montante de R$4.741.706 (quatro milhões setecentos e quarenta e um mil setecentos e seis reais) sendo lançado 100% do valor classificado como provável.

Soma-se ao montante de R$4.741.706 o valor referente ao item b) Não Circulante o R$ 2.576.430, totalizando o valor da Provisão para Contingências R$ 7.498.135.

CHANCE DE PERDA	PARECER JURÍDICO				PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total	
Provável	927.108	3.814.598	-	4.741.706	4.741.706
Possível	117.456	126.517	-	243.973	-
Remoto	209.014.989	471.745	5.435.226	214.921.960	-
Total	**210.059.553**	**4.412.860**	**5.435.226**	**219.907.639**	**4.741.706**

As principais ações que representam 98% dos valores de provisões cíveis remotas são:

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público no ano de 1998, valor da causa R$126.998.502 (cento e vinte e seis milhões novecentos e noventa e oito mil quinhentos e dois reais), objetivando a condenação do Município e do SAAEG (autarquia) à universalização do tratamento do esgoto. Classificada como remota por não ter a SAEG como titular da ação, no entanto considerando o risco de responsabilização solidária a SAEG está em tratativas de celebração de um Termo de Ajuste de Conduta junto ao Ministério Público.

- Processo arbitral promovido pela GSSA em desfavor da SAEG, em que o provisionamento, no valor de R$78.752.638 (setenta e oito milhões setecentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e oito reais), é feito com base nas informações prestadas pelo escritório de advocacia contratado para defender os interesses da SAEG, Dinamarco, Beraldo & Bedaque Advocacia. Esta ação encontra-se classificada com a probabilidade de perda como remota em razão do estágio do procedimento arbitral estar em fase pericial, tendo em vista que os valores devidos ainda estão em discussão e esclarecimento. Após a conclusão da prova pericial, essa classificação deverá ser reavaliada.

Os débitos parcelados de tributos federais estão registrados como segue:

a)

Circulante	2025	2024
PGFN – débitos previdenciários (a)	475.098	414.438
RFB – débitos previdenciários (b)	407.222	503.953
RFB – demais débitos	-	28.995
SEFAZ SP – demais débitos (c)	407.814	-
TOTAL	**1.290.134**	**947.386**

b)

Não Circulante	2025	2024
PGFN – débitos previdenciários (a)	277.140	695.971
RFB – débitos previdenciários (b)	1.085.926	1.321.421
RFB – demais débitos	-	-
SEFAZ SP – demais débitos (c)	1.393.364	-
TOTAL	**2.756.430**	**2.017.392**

(a) Refere-se a um parcelamento de débitos de INSS do período de agosto de 2022, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e aos valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.
(b) Refere-se a um parcelamento de débito de INSS do período de 2020, cuja dívida global foi parcelada em até 60 meses e aos valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.
(c) Refere-se a um parcelamento de débito de ICMS do período de 2020 a 2024, cuja dívida global foi parcelada em até 60 meses e aos valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. Referido parcelamento foi solicitado devido ao recebimento de um Aviso Fiscal de Autorregulação (ICMS TUSD/TUST), visando a regularização de valores de ICMS devido sobre energia elétrica adquirida, os quais a Companhia deixou de pagar em virtude de liminar concedida pelo Poder Judiciário, em 2020, com embasamento no posicionamento até então prevalecente no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No entanto, em 2024 o STJ mudou o seu posicionamento (Tema Repetitivo n.º 986), o que deu início ao procedimento de cobrança pela Secretaria da Fazenda Estadual e posterior parcelamento dos débitos por esta Companhia.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, calculado de acordo com a legislação vigente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R$ 240.000 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real ajustado.

Em outubro de 2023 foi deferido o pedido de tutela de urgência referente a Imunidade tributária relacionado ao IRPJ, em decorrência da Lei Municipal n°. 5.518/2023, de 19.09.2023, que transformou a SAEG em empresa pública municipal. Sendo assim, os valores de IRPJ não estão sendo provisionados a partir do deferimento desta medida e por esta razão não estão destacados nas demonstrações contábeis do ano de 2025.

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, entende que a probabilidade de reversão da decisão é classificada como remota. Eventuais desdobramentos futuros serão reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que ocorrerem.

A Companhia avalia periodicamente os riscos relacionados a posições fiscais adotadas, reconhecendo provisões quando aplicável.

9. IMPOSTOS SOBRE RECEITAS

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do PIS – Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência em conformidade com a legislação vigente.

A Companhia está sujeita ao regime não cumulativo dessas contribuições, pelo qual os tributos são calculados mediante aplicação das alíquotas legais sobre a receita bruta, permitindo-se a dedução de créditos calculados sobre custos, despesas e encargos vinculados à atividade operacional, conforme critérios estabelecidos na legislação.

Os valores de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas são apresentados como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado do Exercício.

10. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o exercício de 2025, a Companhia identificou a necessidade de correção de registros contábeis relacionados a exercícios anteriores.

Os ajustes considerados relevantes foram registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de lucros (ou prejuízos) acumulados, não impactando o resultado do exercício corrente.

Os valores registrados são os abaixo demonstrados:

Histórico	Valor	Reconhecimento do Ajuste
Ajuste contas a receber período: 2022 a 2024 - Ajuste de erro de mensuração	-1.607.370	Despesa
Anulação de Liquidação de Resto a Pagar, OP 227, Conselho Regional de Eng. Arq. e Agronomia do Estado de São Paulo	100	Reversão de Despesa
Pedido de restituição 24543031342504251204548 2 pagamento a maior CSLL 4T 2024	22.189	Reversão de Despesa
Reclassificação rendimento resgate depósito judicial Processo 10007169720218260220 de 20/01/2023	74	Reversão de Despesa
Regularização de Outorgas conforme solicitação da Auditoria Independente Trimestral.	-7.388	Despesa
TOTAL DOS AJUSTES	**-1.592.395**	

11. MULTAS E JUROS

Os valores registrados nas despesas de Multas e Juros são referentes a multas compensatórias e moratórias e juros de mora referente a atrasos nos pagamentos à fornecedores ou de tributos, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	Valor
Juros Atraso de Pagamento de Multa de Trânsito	2
Juros de Mora Fornecedores em atraso	4.605
Juros Parcelamentos INSS	9.039
Juros Parcelamentos PIS/COFINS	69
Multa e Juros CSLL 1°T 2025	1.581
Multa/ Juros atraso de ISS	95
Multa/ Juros referente a retificação da EFD-Reinf, período de apuração 03/2025	2.412
Multa/Juros COFINS apuração 04/2022	228
Multa/Juros Parcelamento ICMS	566.984
Multa/Juros PIS apuração 04/2022	50

O montante mais relevante refere-se a encargos incidentes sobre parcelamento de ICMS, formalizado junto ao fisco estadual, cujas condições de pagamento encontram-se regularmente pactuadas.

12. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade, apólice Caixa Seguros, registrado na SUSEP.

13. ÍNDICES DE LÍQUIDEZ

ÍNDICES	2025	2024
Índice de Liquidez Imediata (Ativo Disponível / Passivo Circulante)	0,32	0,01
Índice de Liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	1,34	1,15
Índice de Liquidez Seco (Ativo Circulante – Estoque / Passivo Circulante)	1,27	1,06
Índice de Liquidez Geral (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	1,01	0,89
Garantia ao Capital de Terceiros (Patrimônio Líquido / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	1,01	0,84
Composição de Endividamento (Passivo Circulante / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,69	0,69

De forma geral, os indicadores analisados evidenciam melhoria consistente da situação econômico-financeira da entidade em 2025, especialmente nos aspectos relacionados à liquidez, solvência e fortalecimento patrimonial.

Com relação à elevada participação do passivo circulante no endividamento total, o mesmo está sendo impactado pelo valor a pagar de R$13.546.114 (treze milhões quinhentos e quarenta e seis mil cento e quatorze reais) referente a liquidações a pagar ao Fornecedor Guaratinguetá Saneamento S.A. (GSSA) de 2019 a 2021.

Estes valores poderão ser reclassificados futuramente para passivo não circulante uma vez que existe um processo em fase inicial junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, considerada para provisionamento de contingências cíveis remota.

Vale ressaltar que, mesmo com a avaliação jurídica quanto ao risco processual, as obrigações permanecem registradas no passivo circulante, considerando que trata de contas vencidas, que não há decisão arbitral ou judicial suspendendo sua exigibilidade e, considerando ainda, o fato de inexistir instrumento formal que prorrogue seu vencimento por prazo superior a 12 (doze) meses, portanto, permanece a obrigação originalmente constituída até deliberação no âmbito arbitral.

Com relação a classificação, nesse momento, encontra-se em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 26, que determina que passivos devem ser classificados como circulantes quando exigíveis no curto prazo ou quando a entidade não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por período superior a doze meses após a data do balanço. A reclassificação deve estar estritamente baseada em critérios técnicos e normativos contábeis, sob pena de caracterizar distorção relevante nas demonstrações financeiras.

No entanto, a Administração manterá o acompanhamento do procedimento arbitral e revisará os efeitos contábeis pertinentes sempre que houver fato novo relevante que altere a avaliação de risco ou a natureza da obrigação.

A Administração segue acompanhando os índices relacionados ao passivo circulante aplicando ações contínuas de planejamento financeiro e controle do capital de giro.

14. OUTORGA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Companhia utiliza recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos para a execução de suas atividades operacionais, especialmente para o abastecimento de água e demais serviços correlatos. Para tanto, mantém outorgas de direito de uso de recursos hídricos, concedidas pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

As outorgas autorizam a captação de água em mananciais específicos, observados os limites de vazão, os prazos de vigência e as condicionantes técnicas e ambientais estabelecidas nos respectivos atos administrativos. Tais autorizações possuem prazo determinado e estão sujeitas à renovação periódica, bem como à fiscalização pelos órgãos reguladores

15. CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

A Companhia mantém contrato de transferência de recursos financeiros firmado entre a **Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP**, o **Município de Guaratinguetá**, com interveniência da **Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG**, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Local Obra	Nº Contrato Repasse	Assinatura	Vigência	Valor Previsto Repasse	Valor Contrapartida	Previsão Início
Interceptor Cacunda	4.101.035724.2.02.020.00.2024	05/12/2024	20/11/2029	2.639.891,42	1.759.927,61	2º Sem/2026
ETE Vila Bela	08/2023	07/12/2023	01/12/2028	9.454.647,28	6.303.098,18	1º Sem/2026
Total				**12.094.538,70**	**8.063.025,79**	

A Administração da SAEG declara que as informações contidas nas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação vigente e normas do Conselho Federal de Contabilidade. A Administração confirma que não há fatos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

Guaratinguetá/SP, 31 de dezembro de 2025.

EDILSON ALEIXO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

MAURÍCIO GUILHERME CÂMARA
Diretor Administrativo e Financeiro

ANA LUÍSA ABREU FONSECA
Contadora – CRC1SP-346419/O-8